

O Direito na Federação Brasileira
Instituições de criação e aplicação do Direito na organização estatal
brasileira; divisão de competências legislativas

João Pedro Lima

Narrativa:

João é dono de um estabelecimento comercial na cidade de São Paulo, o restaurante Riachuelo, que passou por uma grande reforma em 1999 para se adequar a lei federal n. 9294, de 15 de julho de 1996, que dispõe, entre outros temas, sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos. Em seu artigo 2º, a lei estabelece que é proibido o uso de qualquer produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente. Em outras palavras, prevê a possibilidade de se fumar em estabelecimentos que possuem os conhecidos “fumódromos”, locais especialmente destinados para o público fumante. Com a redação dessa lei, João em sua reforma criou um espaço especialmente destinado aos fumantes, e outro para os não fumantes.

No entanto, em 07 de maio de 2009, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a lei estadual n. 13541, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos fumíferos. Em outras palavras, a lei paulista acabou por proibir o fumo nos locais especiais permitidos pela lei federal e abolir os “fumódromos”. Sentindo-se lesado por ter que fazer uma grande reforma (em 1999) para se adequar a lei federal e 10 anos depois (em 2009) uma lei paulista proibir o que a lei federal – ainda em vigor – permitia, João procura um parecerista para lhe informar de seus direitos.

Dispositivos legais relevantes:

- Constituição de 1988, arts. 21, 22, 23, 24, 30
- Lei do Estado de São Paulo n. 13541
- Lei Federal n. 9294, art. 2º

Questões:

1. Poderia a Assembleia Legislativa de São Paulo editar uma lei estadual sobre o mesmo tema – relativo à saúde – que já exista no âmbito federal, editada pelo Congresso Nacional? Por quê?
2. Como advogado do dono do restaurante, o que você alegaria para sustentar a inconstitucionalidade da lei?
3. A problemática envolvida nesse caso é real. Qual foi o desfecho dessa história? Alguma lei foi declarada inconstitucional? Alguma lei foi alterada posteriormente?